



## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

16<sup>a</sup> LEGISLATURA

2<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA

**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2022 (QUARTA-FEIRA) ÀS 17H000MIN, ATRAVÉS DO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO VIRTUAL.**

**REALIZADA EM 17.08.2022**

Às dezesseis horas do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, foi realizada a 25ª Reunião Ordinária da CCJ - **Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final**, com a participação do Presidente da Comissão, Vereador Eduardo Faustina da Rosa, o Vereador Michell Nunes, Vice-Presidente da CCJ, a Vereadora Humberto Carlos dos Santos. Servidores Gabriela Oliveira cravo e Marcelo José Cardoso. Ato contínuo, o Presidente passou a conduzir a reunião, dando início aos trabalhos, conforme a Ordem do Dia divulgada através do **Ato da Comissão de Constituição e Justiça nº 28/2022**. Foram analisados os seguintes Projetos. **PL nº 5.465/2022**, de autoria do Poder executivo, que Altera dispositivo na Lei nº 3.810 de 21 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro de Sambaqui, município de Imbituba e dá outras providências. A comissão deliberou no sentido de realizar uma visita in loco, está aguardando definição de data. **PL nº 5.471/2022**, de autoria do vereador Bruno Pacheco da Costa e Ireni José Ouriques, que Institui no município de Imbituba, a Semana Municipal de Conscientização da Importância da Saúde Bucal, e dá outras providências. A comissão delibrou no sentido de encaminhar o projeto de à assessoria jurídica desta Casa, a qual exarou parecer pela legalidade e constitucionalidade. Assim, nesta reunião foi nomeado o vereador Humberto Carlos dos Santos, o qual exarou parecer pela legalidade e constitucionalidade do projeto de lei. A Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final, em reunião do dia 17 de agosto de 2021, opinou por unanimidade pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.471/2022, encaminhado o projeto para análise da comissão de saúde. **Emenda 001 PL nº 5.473/2022**, de autoria do Poder Executivo, que Autoriza o poder executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do programa Finisa – financiamento à Infraestrutura e Saneamento e dá outras providências. O Contador da Prefeitura, Sr. George Willian se fez presente à reunião da Comissão, oportunidade em que os vereadores questionaram sobre os juros, prazos e outras peculiaridades do contrato. Assim, foi designado relator o vereador Humberto Carlos dos Santos. o projeto de lei em questão visa autorização do Poder Executivo em contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), por meio da linha de crédito FINISA, oferecendo o Poder executivo como garantia as receitas e parcelas de quotas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. O relator entendeu que sobre o aspecto formal o projeto de lei encontra-se adequado, uma vez que, todas as competências para a sua propositura foram respeitadas. Ademais, vislumbra-se que foi anexado o documento que comprova a capacidade de endividamento do município, constando todos os documentos que possibilitam a tramitação do projeto. Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa Legislativa, entende que o projeto obedece aos requisitos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das proposições, não apresentando nenhum vício de ordem formal ou material, e não encontrando óbices à aprovação, sendo entendimento estar o dito projeto apto à votação. A Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final, em reunião ordinária realizada pelo sistema de deliberação digital, no dia 03 de agosto de 2022, opinou por unanimidade pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa pela aprovação do Projeto de Lei N°5.473/2022. O Presidente desta casa legislativa encaminhou a emenda para análise da assessoria jurídica, ma qual exarou parecer pela inconstitucionalidade. Em 09 de agosto de 2022 a emenda 001 foi encaminhada a esta Comissão para análise sobre a legalidade e constitucionalidade da mesma. A comissão postergou a análise do projeto de lei para esta reunião. O vereador Eduardo Faustina da Rosa requereu a retirada de sua autoria, em virtude do parecer pela inconstitucionalidade da assessoria jurídica desta Casa. O vereador



Michell Nunes manteve a emenda. Foi designado relator o vereador Humberto Carlos dos Santos, o qual votou pela inconstitucionalidade da emenda. A Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final, em reunião realizada em 17 de agosto de 2022, opinou por unanimidade pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa pela aprovação da emenda aditiva nº 001 ao Projeto de Lei nº 5.473/2022, sendo o vereador Michell Nunes contrário ao voto do relator, exarando voto em separado. **PL nº 5.476/2022**, de autoria do Poder Executivo, Dispõe sobre o abono por incremento de arrecadação aos servidores lotados na Procuradoria jurídica vinculado ao Executivo Fiscal de Imbituba, e dá outras providências. Apresentadas as informações pelo Poder executivo, a comissão deliberou no sentido de solicitar parecer da assessoria jurídica da Casa, a fim de que se manifeste acerca da possibilidade ou não de recebimento do abono pelos servidores comissionados e ainda se é possível em ano eleitoral. **PL nº 5.479/2022**, de autoria do Poder Executivo, que Dispõe sobre alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 e abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba no Orçamento de 2022, e dá outras providências. A comissão analisando o projeto de lei verificou a necessidade de solicitar o convênio com o corpo de bombeiros. Analisando o convênio enviado pelo Poder Executivo, a comissão identificou que as dotações constantes no convênio são distintas da prevista no projeto de lei, sendo deliberado no sentido de solicitar esclarecimentos pelo Poder Executivo. **PL nº 5.480/2022**, de autoria do vereador Michell Nunes, que Inclui capítulo IV-A e artigo 16-A na Lei no 5010, de 17 de abril de 2019, que “Dispõe sobre os padrões urbanísticos e ambientais, para a instalação de Infraestrutura de Suporte para recepção de rádio, televisão, telefonia, telecomunicação em geral e outros sistemas transmissores ou receptores de radiação eletromagnética não ionizante, no Município de Imbituba e dá outras providências. A Comissão deliberou no sentido de solicitar parecer jurídico desta Casa. **PL nº 5.481/2022**, de autoria do vereador Bruno Pacheco da Costa e Thiago Rosa, Dispõe sobre o acesso a adaptação de brinquedos e equipamentos dos parques de diversões de uso público, e das praças públicas, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no município de Imbituba. A Comissão deliberou no sentido de solicitar parecer jurídico desta Casa. **PL nº 5.482/2022**, de autoria do vereador Izar Duarte e Thiago da Rosa, que Institui no âmbito do Município de Imbituba, a “Semana Municipal do ciclista”, a ser realizada na semana do dia 19 de agosto, dia este em que é comemorado o Dia Nacional do ciclista. A Comissão deliberou no sentido de solicitar parecer jurídico desta Casa. **Para fins de registro nesta ata, se faz constar que os projetos abaixo mencionados estão aguardando manifestação da assessoria jurídica desta Casa, a saber** **PL nº 5.474/2022**, de autoria do vereador Gilberto Pereira, Inclui o Programa Educativo de “Proteção, bem-estar animal e posse responsável de animais domésticos”, como tema transversal nas aulas ministradas em escolas da rede municipal de ensino do município de Imbituba e dá outras providências. A comissão deliberou no sentido de encaminhar o projeto para assessoria jurídica desta Casa. **PL nº 5.477/2022**, de autoria do vereador Gilberto Pereira, que Institui o Censo Municipal de Animais (cães e gatos), visando o controle populacional dos animais domésticos, na promoção da Saúde Pública e dá outras providências. A comissão deliberou no sentido de encaminhar o projeto para análise da assessoria jurídica desta Casa. **Para fins de registro nesta ata, se faz constar que os projetos abaixo mencionados estão aguardando respostas do Poder Executivo, a saber:** **PL nº 5.378/2021**, protocolado em 08/09/2021 nesta Casa e na CCJ em 10.09.2021, de autoria do Chefe do Poder Executivo, Dr. Rosivaldo da Silva Júnior, que “Insera o artigo 3º e incisos de I a XXIII, renumerando os demais artigos, na Lei nº 3.810, de 21 de dezembro de 2010, que Aguarda informações do Poder Executivo denomina vias no bairro de Sambaqui, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências”; **PL nº 5.396/2021**, foi protocolado nesta Casa em 16/11/2021 e na mesma data direcionado à CCJ, tem por autor o Chefe do Poder Executivo, Dr. Rosivaldo da Silva Júnior, tem por ementa “Reconhece a Comunidade Tradicional de Agricultores Itinerantes, Pescadores Artesanais e Extrativistas vegetais dos Areais da Ribanceira, e dá outras providências”. **PL nº 5.434/2022**, foi protocolado nesta Casa em 21/02/2022, tendo como autor o Chefe do Poder Executivo, Dr. Rosivaldo da Silva Júnior e encaminhado no mesmo dia à CCJ. Referido projeto tem por ementa “Acrescenta dispositivo ao Art. 1º da Lei nº 5.169, de 16 de novembro de 2020, que Dispõe sobre a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos, processos seletivos



públicos e processos seletivos simplificados municipais durante o estado de calamidade pública, no município de Imbituba, e dá outras providências”. Foi deliberado no sentido de solicitar informações ao Poder Executivo, pelo que se aguarda a manifestação para posterior deliberação pela CCJ. **PL nº 5.346/2021**, protocolado nesta Câmara em 31/05/2021 e nesta CCJ em 01.06.2021, de autoria do Poder Executivo, sob assinatura do Dr. Rosivaldo da Silva Júnior, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal através da Secretaria responsável pela Política Municipal de Habitação a implantar o Programa Aluguel Social, e dá outras providências”. Nesta reunião foi decidido pela necessidade de ser solicitada a declaração do ordenador da despesa, pelo que será encaminhado o pedido do Chefe do Poder Executivo para que faça ser apresentada. Aguardar-se-á a manifestação do Executivo. **PL nº 5.472/2022**, de autoria do Poder Executivo, Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal da Secretaria de Fiscalização e Controle Urbano – SEFIC e cria gratificação de desempenho de atividade dos servidores de carreira do corpo fiscal e administrativo da secretaria. A comissão em deliberação ao projeto de lei verificou a necessidade de solicitar informações ao Poder Executivo, qual seja: a fim de que este encaminhe a esta Casa Legislativa análise da contabilidade daquela, com o seu respectivo impacto financeiro. **PLC nº 529/2022**, de autoria do Poder Executivo, Altera o Plano Regulador e do Uso do Solo configurado no Mapa 11 da Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba – PDDSI, e dá outras providências. A comissão verificou a ausência da ata da audiência pública realizada pelo Poder Executivo, sendo deliberado no sentido de solicitar o referido documento. **PL nº 5.475/2022**, de autoria do Poder Executivo, Autoriza a adoção de regime de trabalho diferenciado para os serviços que exijam atividades contínuas durante as 24 horas do dia, e dá outras providências. A comissão deliberou no sentido de encaminhar o projeto para assessoria jurídica desta Casa, e após solicitar presença em reunião desta comissão, ficando definida a data de 24/08/2022. **Com relação aos projetos abaixo relacionados estão no aguardo das manifestações de seus autores para posterior análise: PLC Nº 510/2021** – da lavra do Vereador Arrison Richelly Berkenbrock, que “Altera dispositivo da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, que Institui o Código Tributário Municipal, e dá outras providências”, por decisão desta CCJ, foi encaminhado à Assessoria Jurídica da Presidência desta casa para parecer. **PLC nº 511/2021** – de autoria do Ver. Arrison Richelly Berkenbrock, que “Regulamenta a colocação de placas informativas nas obras públicas realizadas no município de Imbituba-SC”, teve por decisão desta CCJ o seu encaminhamento para a Assessoria Jurídica da Presidência desta Casa Legislativa para parecer. **PL nº 5.428/2022**, protocolado nesta Casa em 10/02/2022 e distribuído à CCJ em 14/02/2022, de autoria do Poder Legislativo, apresentado pelo Vereador Bruno Pacheco da Costa “Dispõe sobre a autorização para distribuição de absorventes higiênicos nas escolas públicas e nas Unidades Básicas de Saúde, bem como às mulheres de baixa renda, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e dá outras providências” foi encaminhado à Assessoria Jurídica da Presidência dessa Casa, tendo sido emitido parecer em 11.03.2022, estando no aguardo da deliberação dessa CCJ, que depende da manifestação do autor do Projeto. **PL nº 5.345/2021** - de autoria do Poder Legislativo, sendo signatário o Ver. Matheus Paladini Pereira, que “Dispõe sobre a inserção de instalação de sistema de captação, armazenamento e aproveitamento de águas pluviais, nos projetos arquitetônicos de novas edificações ou reformas de prédios públicos do Município de Imbituba/SC”. Aguarda-se, portanto a manifestação do Autor. **PL nº 524/2022**, protocolado em 13/04/2022, é de autoria do Poder Legislativo, da lavra do Vereador Eduardo Faustina da Rosa, que “Altera a Lei Complementar nº 3.086, 18 de abril de 2007, que dispõe sobre o regime disciplinar dos servidores públicos municipais e dá outras providências”. Aguarda manifestação do autor quanto ao teor do parecer Jurídico da Assessoria Jurídica da Presidência dessa Casa emitido em data de 29.04.2022. **PL nº 5.437/2022**, protocolado nesta Casa em 22.02.2022, distribuído em 07.03.2022, de autoria do Poder Legislativo sob a lavra do Vereador Thiago da Rosa, tem por ementa “Altera o anexo I, os incisos X, XI, XIII do art. 1] e o inciso XV do art.2º da lei 3.827, de 27 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro de Arroio, município de Imbituba/SC, e dá outras providências”, foi encaminhando à Assessoria Jurídica da Presidência dessa Casa para parecer e aguarda manifestação do Poder Executivo. **PL nº 5.445/2022**, de autoria do Poder Legislativo, sob a lavra do Ver. Michell Nunes, foi apresentado em 25.03.2022 e tem por ementa



**Estado de Santa Catarina**  
**Câmara Municipal de Imbituba**



“Estabelece normas e procedimentos para instalação de infraestrutura de suporte às estações rádio base no município de Imbituba”. Foi encaminhado para parecer da Assessoria Jurídica da Presidência dessa Casa. Nesta reunião compareceram o Diretor da UNIFIQUE, Sr. Rodrigo Carvalho, o Diretor do Departamento de TTI da Prefeitura, Sr. Wagner Rausseng Olegário e o representante da ACATE – Associação Catarinense de Tecnologia, Fernando G. Oliveira por vídeo conferência. Foram esclarecidos alguns pontos a respeito da exequibilidade do projeto de lei. Em que pese o Parecer jurídico apresentado em 27/06/2022 sugerir emendas, houve deliberação no sentido da possibilidade de o Projeto ser retirado para apresentação de um novo projeto, desta feita para alteração da Lei nº 5.010/2019, que melhor atenderia os objetivos do legislador propositor. Assim, aguarda-se pelas manifestações e providências do autor. **PL Nº 5.374/2021** – de autoria do Poder Legislativo, tendo como signatário o Ver. Gilberto Pereira, que “Determina que os serviços terceirizados pelo Poder Público Municipal que utilizam veículos, caminhões, máquinas e demais especificados para a prestação de serviços sejam equipados com GPS para rastreamento e monitoramento, e dá outras providências”, teve parecer jurídico em 27/08/2021 que entende pela legalidade e constitucionalidade do projeto, com a ressalva da necessidade de apresentação de impacto e dotação orçamentária, além de que tal exigência deverá valer somente a partir de processos licitatórios futuros, não obrigando o atual. Neste sentido, a CCJ decidiu postergar a análise para reunião futura quando deverá serem apresentadas emendas para adequar o projeto. **PLC nº 512/2021**, protocolado nesta Casa em 12/11/2021, foi distribuído à CCJ em 16.11.2021. De autoria do Poder Legislativo sob a lavra do Ver. Arrison Richelly Berkenbrock “Revoga a alínea “a” e altera alínea “b”, do inciso IV do art. 316 e da Lei Complementar nº. 3.019, de 28 de dezembro de 2006, que institui o Código Tributário Municipal, e dá outras providências”. Aguarda deliberação desta Comissão, no entanto necessária a presença da Secretária a qual deverá ser convidada a participar da reunião da CCJ com o objetivo de prestar informações e explicações para sanar as dúvidas dos legisladores. **PL nº 5.467/2022**, de autoria dos vereadores Gilberto Pereira, Leonir de Souza, Humberto Carlos dos Santos e Eduardo Faustina da Rosa. Em reunião realizada no 06/07/2022, a comissão deliberou no sentido de encaminhar o projeto para análise da assessoria jurídica, o qual foi exarado em 15/07/2022. O parecer da assessoria foi pela inconstitucionalidade. A comissão em deliberação ao projeto de lei encaminhou o parecer aos autores do projeto para manifestação. **PL nº 5.469/2022**, de 05/07/2022, é de autoria do Poder Legislativo, sob assinatura do Vereador Eduardo Faustina da Rosa e traz por ementa: “Dispõe sobre a licença especial a servidor público do município de Imbituba”. Em reunião realizada no 06/07/2022, a comissão deliberou no sentido de encaminhar o projeto para análise da assessoria jurídica, o qual foi exarado em 15/07/2022. O parecer da assessoria foi pela inconstitucionalidade. A comissão em deliberação ao projeto de lei encaminhou o parecer aos autores do projeto para manifestação. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou a reunião e solicitou que fosse redigida a ata da mesma.

Imbituba/SC, 17 de agosto de 2022.

---

**Eduardo Faustina da Rosa**  
**Presidente**

---

**Michell Nunes**  
**Vice-Presidente**

---

**Humberto Carlos dos Santos**  
**Membro**